

# Brasil pode parar de pagar os custos do processo de desinflação

SIMONE CAVALCANTI  
SÃO PAULO

O Brasil não precisa continuar pagando os custos do processo de desinflação e seguir amargando baixo crescimento econômico. Um dos fatores que economistas levam em conta na hora de fazer a avaliação é a relação entre taxa básica de juros — hoje em 13,25% ao ano, ainda elevada em relação aos padrões internacionais — e inflação apurada inferior ao centro da meta, que acaba levando a uma expansão do PIB aquém de seu potencial.

“Em 2006, teremos inflação em torno de 3%, abaixo do centro da meta, o que é aceitável porque vínhamos de um processo de desinflação, com inércia e um horizonte com pressões inflacionárias. Aí, o esforço adicional era aceitável”, avalia o economista-chefe da **Fator Corretora**, Vladimir Caramaschi, ressaltando o crescimento mediocre do PIB.

Para ele, há consenso no País de que inexiste um modelo econômico de crescimento que proporcione uma expansão mais forte e contínua. “Não temos a certeza de que se o País crescer 5% conseguirá sustentar isso.”

O IPCA, que baliza o sistema de metas de inflação, de 2006, será divulgado amanhã. Os agentes de mercado que respondem à pesquisa semanal do Banco Central esperam 3,11%, bem aquém do centro da meta, de 4,5%. Para este ano, a expectativa é de 4%.

O economista avalia ainda que o Comitê de Política Monetária (Copom) deve seguir com a tra-

jetória de queda da Selic até o ponto em que proporcione, juntamente com o recuo do saldo comercial, desvalorização do real frente ao dólar. Esse ponto, diz ele, está próximo e pode ser alcançado em dezembro deste ano, quando a Selic chegar a 11,5% ao ano, o que significaria, em termos reais, 7%. “Poderíamos chegar a uma depreciação que levasse o dólar a R\$ 2,40.”

Como a inflação no Brasil sofre extrema influência do câmbio, ele diz crer que essa depreciação, entre 12% e 15%, o que “poderia levar a inflação dos 4% previstos para 4,5%, o que é bom para o BC porque ficaria no centro da meta; o objetivo do regime é levar a inflação ao alvo”.

Mesmo com o recuo consistente da Selic, nos aspectos gerais, a economia brasileira ainda registrará em 2007 a inércia de fatores tanto positivos quanto negativos observados em 2006, que a levará a expansão de 3,5%. De acordo com o economista, continuarão ascendentes a massa salarial e o crédito, embora esse último em ritmo menor. Também contribuirão a favor a recuperação da safra agrícola e a continuidade de aumento dos investimentos, puxados por construção civil e máquinas e equipamentos.

Como forças negativas, enumera a baixa capacidade de investimento público, ligada ao aumento de gastos correntes do governo, a elevada carga tributária e a valorização cambial, que tem levado a contribuição do setor externo no PIB a ser negativa.